



Relatório Anual da Administração

Aos acionistas: A Administração da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - "EATE", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2015, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. A Companhia auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais:	2015	2014
Disponibilidade (%)	99,98%	99,99%

Balancos Patrimoniais

31 de Dezembro de 2015 e 2014

Ativo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e equivalentes					
Títulos e valores mobiliários	5	48.487	29.418	66.986	40.358
Contas a receber ativo financeiro	7	433.087	419.040	552.892	528.687
Impostos a recuperar	8	501	430	3.153	2.281
Dividendos a receber		5.381	3.463	968	1.054
Outros ativos		8.146	10.093	15.319	17.658
		<u>495.602</u>	<u>462.444</u>	<u>645.875</u>	<u>596.497</u>
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	-	18.397	-	18.397
Contas a receber ativo financeiro	7	522.202	579.565	1.300.496	1.344.147
Impostos a recuperar	8	4.832	4.483	4.483	4.483
Outros ativos	9	7.526	7.490	16.470	17.414
Investimentos	9	492.941	469.914	50.727	44.777
Imobilizado		603	604	724	733
Intangíveis	10	15.294	16.372	25.481	27.173
		<u>1.038.566</u>	<u>1.092.342</u>	<u>1.397.931</u>	<u>1.457.124</u>
Total do ativo		1.534.168	1.554.786	2.043.806	2.053.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2015, a EATE realizou os projetos: 1. Sistema digital de medição de correntes de bancos capacitores série e transmissão de dados adquiridos através de dispositivo sem fio - desenvolvimento de Cabeça de Série, 2. Desenvolvimento de software para otimização de traçado de linhas de transmissão por meio de análise de riscos ambientais e avaliação geotécnica aprimorada, 3. Cabeça de Série do Projeto REMOTE, 4. Gestão 2014, 5. Gestão 2015, 6. Arranjos técnicos e comerciais para inserção da geração fotovoltaica na matriz energética brasileira, 7. Fadiga de Cabos Condutores CA, CAA e CAL:

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Emprestimos, financiamentos e debêntures	11	189.397	105.488	203.689	119.738
Fornecedores		1.559	569	14.221	14.008
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	20.317	19.384	25.037	24.068
Dividendos a pagar		36.903	-	41.143	2.315
Provisão para compensação ambiental	13	8.677	7.849	8.677	7.879
Encargos regulatórios	14	12.710	12.503	15.891	15.763
Outros passivos		21.962	3.663	33.362	11.056
		<u>291.525</u>	<u>149.456</u>	<u>342.020</u>	<u>194.827</u>
Não circulante					
Emprestimos, financiamentos e debêntures	11	386.891	567.867	487.915	682.409
Adiantamento de clientes		15.263	19.986	18.969	24.564
Moeda de renda e contribuição social diferidos	12	108.971	122.767	156.481	165.645
Provisões para contingências	15	312	-	312	-
Outros passivos		-	7.865	470	8.356
		<u>511.437</u>	<u>718.485</u>	<u>664.147</u>	<u>880.974</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		1.534.168	1.554.786	2.043.806	2.053.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Nota	Capital social de capital legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		Lucros acumulados	Total controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
							2015	2014				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	420.817	3.986	76.352	36.471	300.813	23.705	-	862.144	237.341	1.099.485	-	1.099.485
Aumento de capital	36.471	-	-	-	-	-	-	-	56.111	56.111	-	56.111
Reserva de reinvestimento	-	415	-	-	-	-	-	415	-	415	-	415
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	281.518	281.518	21.687	-	303.205
Destinação proposta à AGO:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	14.075	-	-	-	-	(14.075)	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	38.340	-	-	-	(38.340)	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(300.813)	(23.705)	-	(324.518)	(17.916)	(342.434)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(132.714)	(132.714)	(6.248)	-	(138.962)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	96.389	(96.389)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	457.288	4.401	90.427	38.340	96.389	96.389	-	686.845	290.975	977.820	-	977.820
Aumento de capital	38.340	-	-	(38.340)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reinvestimento	-	(4.401)	-	-	-	-	-	-	(4.401)	-	-	(4.401)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	245.253	245.253	34.027	-	279.280
Destinação proposta à AGO:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	8.698	-	-	-	-	(8.698)	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	35.917	-	-	-	(35.917)	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(96.389)	-	-	(96.389)	(6.935)	(103.324)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(100.102)	-	(100.102)	(11.616)	(111.718)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	100.536	(100.536)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	16.495.628	-	99.125	35.917	100.536	-	-	731.206	306.433	1.037.639	-	1.037.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "EATE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpiadas, 66-8º andar - Sala A - São Paulo - SP. A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Conces- sionária	Partici- pação	Número	Prazo (anos)	Vigên- cia até	Índice de RAP (%)	16º ano de operação	Redução de 50% da RAP a partir de 2016
EATE	042/2001	30	2031	381.290	IGPM	Sim	
Lumitrans	80% 007/2004	30	2034	23.591	IGPM	Sim	
STC (**)	62% 006/2006	30	2036	36.935	IPCA	Sim	
EBTE (**)	51% 011/2008	30	2038	40.614	IPCA	Não	

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As RAPs informadas estão conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.918/2015. (***)RAPacrescida de PIS e COFINS, conforme deferido contratualmente o valor será de R\$ 38.379 para STC e R\$ 44.896 para EBTE. Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das condições determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicada na nota explicativa "Contas a receber ativos financeiros".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis, foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 04 de março de 2016. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pela *International Accounting Standards Board - (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo identificadas como "Consolidado". As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo identificadas como "Controladora" ou "Individuais". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Critérios de consolidação:** As informações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladas e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. • Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas. A tabela a seguir demonstra os investimentos societários que a Companhia detém no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Razão Social	Tipo de investimento	% participação	31/12/15	31/12/14
EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Controlada	51,00%	51,00%	-
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Controlada	61,55%	61,55%	-
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A.	Controlada	80,00%	80,00%	-
ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Coligada	18,08%	18,08%	-
Companhia Transirapé de Transmissão S.A.	Coligada	10,00%	10,00%	-
Companhia Transleste de Transmissão S.A.	Coligada	10,00%	10,00%	-
Companhia Transudeste de Transmissão S.A.	Coligada	10,00%	10,00%	-

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em "valor justo por meio do resultado", enquanto as Contas a receber do ativo financeiro são classificadas como "emprestimos e recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução de valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2. Contratos de concessão: De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pelo concessionário, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3. Ação na aquisição de investimentos:** O agio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida, sendo registrado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, quando for o caso. Está sujeito a amortização linear pelo prazo remanescente da concessão. No consolidado o agio gerado na aquisição de controladas e coligadas é registrado como "Ativo intangível". Na controladora o agio gerado na aquisição de coligadas é mantido em "Investimentos" enquanto que o agio gerado para as controladas é reconhecido como "Ativo intangível".

3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5. Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como outros passivos financeiros.

3.6. Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.7.1. Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.8. Tributação: 3.8.1. **Impostos sobre a receita:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%. 3.8.2. **Imposto de renda e contribuição social:** • Correntes: O imposto de renda e a Contribuição Social da EATE e da controlada EBTE são calculados pelo regime de lucro real e suas controladas Lumitrans e STC são optantes pelo regime do lucro presumido. A EATE e a controlada EBTE possuem incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. • Diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicado no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.9. Ajuste a valor presente: Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.10. Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de serviços econômicos recebidos e a receber pela Companhia e pelas suas controladas. A EATE e suas controladas reconhecem as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com o ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma: 3.10.1. **Receita de implantação de infraestrutura:** A EATE e as suas controladas abrangidas pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registram a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase. 3.10.2. **Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta o pagamento ou recebimento de caixa futuro dos estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. 3.10.3. **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia - se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. 3.10.4. **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.11. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada: IFRS 9 (Instrumentos financeiros) e IFRS 15 (Receita de contratos com clientes). Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia: - IFRS 14 - Ativos e passivos regulatórios; - Alterações do CPC 19/IFRS 11 - Contabilização de aquisições em operações em conjunto; - CPC 27/IAS 16 e CPC 04/IAS 38 - Métodos acústicos de depreciação e amortização; - Alterações do CPC 36/IFRS 10 e CPC 18/IAS 28 - Transferência ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto; - Melhorias anuais das IFRS 2012-2014; - Alterações do CPC 36/IFRS 10, CPC 45/IFRS 12 e CPC 18/IAS 28 - Entidades de investimento; exceção de consolidação. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis adotou o novo pronunciamento em 2015, portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Avaliação Comparativa em Termos do Parâmetro HW e Cálculo de Vida Residual. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Responsabilidade social:** Como forma de incentivo à cultura e ações sociais, a EATE está participando do desenvolvimento de diversos projetos, dentre os quais destacamos: Projeto Arte na Comunidade 3 em parceria com a Kavantan Produções Culturais, Campeonatos de Tênis, Confederação Brasileira de Rugby, além de doações para 11 instituições nos estados de Maranhão, Rio Grande do Sul e São Paulo. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Boards - IASB*, e de acordo com a Lei 11.638/07,

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Custo operacional	18	307.272	312.087	424.987	422.428
Pessoal		(6.107)	(6.166)	(12.337)	(12.478)
Material e serviços de terceiros		(10.686)	(12.338)	(15.007)	(17.993)
Custo de implantação de infraestrutura		-	-	(470)	(37)
Outras		(766)	(860)	(1.412)	(1.683)
		<u>(17.559)</u>	<u>(19.364)</u>	<u>(29.226)</u>	<u>(32.191)</u>
Lucro bruto		289.713	292.723	395.761	390.237
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais		(5.723)	(6.171)	(6.926)	(7.557)
Pessoal e administradores		(5.260)	(5.958)	(5.720)	(6.374)
Depreciação e amortização		(1.740)	(1.418)	(1.865)	(1.468)
		<u>(12.723)</u>	<u>(13.547)</u>	<u>(14.511)</u>	<u>(15.399)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	9	64.839	55.631	10.851	9.269
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		341.829	334.807	392.101	384.107

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(*) Os contratos com o BNDES da controlada EBTE exigem a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). Dentre estas cláusulas restritivas destaca-se o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,30, ao longo de todo o prazo de amortização. (**) As cláusulas restritivas das debêntures da EATE estão relacionadas à dívida líquida no limite de R\$ 785.366, R\$ 875.500, R\$ 1.000.831 e R\$ 1.158.000 para a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissão de debêntures respectivamente, acrescido de atualização pelo IGP-M.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2015, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. Os vencimentos anuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures em longo prazo são como segue:

	Controladora	Consolidado
2017	180.305	180.305
2018	120.348	134.496
2019	58.202	72.350
2020	28.036	41.943
2021	-	11.259
Após 2021	-	47.562
	<u>386.891</u>	<u>487.915</u>

Passivo fiscal diferido

Diferimento do lucro da construção conforme artigo 84 inciso II IN nº 1515/14
Outros itens

	Controladora	Consolidado
155.772	(35.222)	120.550
4.050	(1.833)	2.217
<u>159.822</u>	<u>(37.055)</u>	<u>122.767</u>
159.822	(37.055)	122.767

Ativo fiscal diferido

Artigo 69 inciso IV Lei nº 12.973/14

	Controladora	Consolidado
-	(49.980)	(49.980)
-	(49.980)	(49.980)
120.550	36.184	156.734
2.217	-	2.217
<u>122.767</u>	<u>36.184</u>	<u>158.951</u>
122.767	(13.796)	108.971

13. PROVISÃO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. Para tanto, o IBAMA determinou o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia manteve saldo no valor de R\$ 8.677 (R\$ 7.849 em 31 de dezembro de 2014), e aguarda a indicação do seu destino por parte do órgão público ambiental.

14. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Controladora	Consolidado	
31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
2.538	1.669	3.456	2.094
9.927	10.118	12.188	12.954
245	716	247	715
<u>12.710</u>	<u>12.503</u>	<u>15.891</u>	<u>15.763</u>

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões constituídas para contingências em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 312 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2014) referem-se a causas trabalhistas. O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa Administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem a probabilidade de perda provável. Encontra-se a seguir a relação dos processos judiciais em 31 de dezembro de 2015, que na opinião dos assessores legais são classificadas como "possível".

Valores envolvidos estimados

EATE STC Lumitrans EBTE Total

160	-	247	-	407
-	-	-	98	98
3.014	-	68	390	3.472
3.174	-	315	488	3.977
3.338	-	238	276	3.852

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP. **Introdução:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER E DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Passivo circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	5.306	3.184	6.120	4.376
PIS e COFINS	1.753	1.719	2.432	2.304
Contribuição social - CSLL	11.152	12.337	12.069	12.814
ICMS	1.585	1.597	3.535	3.694
Outros	521	547	881	880
	<u>20.317</u>	<u>19.384</u>	<u>25.037</u>	<u>24.068</u>

Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
IRPJ e CSLL diferidos, líquido (a)	108.971	122.767	156.481	165.645

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/14
155.772	(35.222)	120.550	181.319	(19.952)
4.050	(1.833)	2.217	4.497	(219)
<u>159.822</u>	<u>(37.055)</u>	<u>122.767</u>	<u>185.816</u>	<u>(20.171)</u>
159.822	(37.055)	122.767	185.816	165.645

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15
-	(49.980)	(49.980)	-	(42.715)
-	(49.980)	(49.980)	-	(42.715)
120.550	36.184	156.734	161.367	31.871
2.217	-	2.217	4.278	1.680
<u>122.767</u>	<u>36.184</u>	<u>158.951</u>	<u>165.645</u>	<u>33.551</u>
122.767	(13.796)	108.971	165.645	(9.164)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social: O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 495.628, representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Controladora		Consolidado	
	Quantidade de ações	% do capital	Quantidade de ações	% do capital
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Alupar Investimento S.A.	46.020.150	44.011.576	50,02%	50,02%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	45.979.850	43.988.434	49,98%	49,98%
	<u>92.000.000</u>	<u>88.000.010</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

16.2. Reserva de lucro: 16.2.1. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido. 16.2.2. **Reserva de incentivo fiscal:** A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto nº 4.212/2002. Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAMapurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo sempre ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. Diante do exposto, a Companhia formalizou e obteve junto à SUDAM o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo nº 12/2014, em 75% até 31/12/2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia capitalizou incentivo fiscal no valor de R\$ 35.917 (R\$ 38.340 em 2014). **16.3. Reserva de retenção de lucros:** Refere-se ao montante do lucroapurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucroapurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. **16.4. Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

Lucro líquido do exercício

	Controladora	
	31/12/15	31/12/14
Constituição da reserva legal	245.253	281.518
Base de cálculo de dividendos	(8.698)	(14.075)
Dividendos intermediários (*)	236.555	267.443
Proposta de distribuição de dividendos adicionais (**)	(100.102)	(132.714)
Incentivo fiscal	(100.536)	(96.389)
	<u>(35.917)</u>	<u>(38.340)</u>

Saldo de lucros acumulados

(*) Inclui dividendo mínimo obrigatório de R\$ 59.139 em 2015. (**) A distribuição dos dividendos adicionais estão sendo propostas "ad referendum" à assembleia de acionistas.

17. PARTES RELACIONADAS

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$ 1.875 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2.379 em 31 de dezembro de 2014) compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita operacional bruta	336.374	339.014	464.329	456.665
Receita de operação e manutenção	26.949	30.279	40.533	43.053
Receita de implantação de infraestrutura	-	-	470	37
Receita de remuneração dos ativos da concessão	310.565	309.002	424.488	413.956
(-) Parcela variável	(1.140)	(267)	(1.162)	(381)
Deduções da receita operacional	(29.102)	(26.927)	(39.342)	(34.237)
PIS	(2.497)	(2.359)	(3.584)	(2.990)
COFINS	(11.523)	(10.885)	(16.535)	(13.798)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(10.132)	(9.000)	(12.936)	(11.477)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.457)	(3.272)	(4.384)	(4.173)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica	(1.493)	(1.411)	(1.903)	(1.799)
Receita operacional líquida	307.272	312.087	424.987	422.428

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receitas Financeiras	4.402	5.922	7.794	7.287
Receita de aplicações financeiras	98	428	226	959
Outros	4.500	6.350	8.020	8.246
Despesas Financeiras	(8.989)	(65.017)	(95.712)	(74.585)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.606)	(6.049)	(4.993)	(5.529)
Outros	(89.595)	(71.066)	(100.705)	(80.114)
Resultado financeiro líquido	(85.095)	(64.716)	(92.685)	(71.868)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição socialapurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31/12/15	31/12/14
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	256.734	270.091
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	87.290	91.831
(-) Exclusão de "AVP" - Artigo 84 da IN 1515, de novembro 2014	(462)	(707)
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	(22,405)	(18,915)
Equivalência patrimonial	2.056	1.140
Despesas e provisões indedutíveis	(24)	2.687
Outras	66.814	67.700
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	36.184	(37.055)
Incentivo Fiscal	(35.917)	(38.340)
Lei Rouanet/EspORTE/FIA	(2.395)	(2.228)
(-) Exclusão do Artigo 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(53.205)	(1.608)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	104
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>11.481</u>	<u>(11.427)</u>
Taxa Efetiva	4,47%	-4,23%

Contador:

Claudio Luiz Pinto de Barros - CRC 1SP195071/O-4

Em 2014, a Companhia optou pela adoção antecipada dos efeitos da Lei nº 12.973/14.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2015 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. a) **Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber ativo financeiro e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificadas da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber ativo financeiro como empréstimos e recebíveis e fornecedores como outros passivos financeiros. Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar): (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a controlada EBTE utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos. (ii) O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil. Estes instrumentos financeiros são classificados pela Companhia e suas controladas como outros passivos financeiros. b) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e das suas controladas podem ser assim identificados: (I) Risco de crédito - A Companhia e suas controladas mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a rede básica a aproximadamente 560 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; (II) Risco de preço - As receitas da Companhia e da controlada Lumitrans, são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, enquanto que as controladas EBTE e STC são reajustadas pela variação do IPCA; (III) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI; (IV) Risco de liquidez - A principal fonte de caixa da Companhia e das suas controladas é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL; A Administração da Companhia e das suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. c) **Hierarquia do valor justo:** A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e suas controladas classificaram como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como nível II o contas a receber - ativo financeiro.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia e suas controladas, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 380.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas: Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 04 de março de 2016



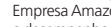
KPMG Auditores Independentes

CRC 25PO14428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas: Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.



KPMG Auditores Independentes

CRC 25PO14428/O-6